



## POLÍTICA DE PRIVACIDADE

**(Artigo 1.043, parágrafo 4º, II e artigo 1.044 do código de normas da C.G.J./RJ)**

O Cartório do Ofício Único de Rio das Ostras respeita o direito à privacidade, à intimidade e o direito à proteção de dados pessoais e cumpre os preceitos da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, e artigos 1041 a 1058 do código de normas da C.G.J./RJ.

Tendo em vista que o exercício da atividade registral está regulamentado em lei específica, notadamente as Leis 6.015/73, 8.935/94; a coleta e tratamento de dados se dá com o objetivo de realizar o ato registral devidamente previsto na legislação.

Os seguintes tipos de informações pessoais podem ser coletados, armazenados e tratados, com as seguintes finalidades:

- a. Cadastro para uso na qualificação registral;
- b. Encaminhamento de comunicações obrigatórias aos órgãos públicos e privados, conforme estabelecido pela legislação;
- c. Envio de comunicações informativas a você relativas ao seu pedido, caso solicitado ou caso seja necessário;
- d. Envio notificações por e-mail;
- e. Envio de esclarecimentos quanto a sugestões, reclamações e/ou orientações sobre o serviço registral e/ou sobre a política de tratamento de dados pessoais;
- f. Manutenção da segurança do site.

O consentimento com o uso de *cookies* ao navegar pelo site do Cartório do Ofício Único de Rio das Ostras pela primeira vez nos permite melhorar o atendimento.

Esta Política de Privacidade será atualizada sempre que necessário, motivo pelo qual recomenda-se sua constante e periódica consulta.

## DADOS COLETADOS DO SITE - POLÍTICA DE COOKIES

Nosso site usa *cookies*. *Cookie* é um arquivo que contém um identificador (uma sequência de letras e números) enviado por um servidor da internet para um navegador e armazenados pelo navegador. Os *cookies* normalmente não contêm nenhuma informação que identifica pessoalmente um usuário, mas as informações

peçoais que armazenamos sobre você podem estar vinculadas às informações armazenadas e obtidas de *cookies*.

deixamos consignado que são realizados tratamento de dados quando do acesso ou interação do usuário com o site do cartório. No acesso, a pessoa aceita eventuais instalações de “cookies” em seu computador ou dispositivo móvel, que tem o intuito de melhoria da navegação.

Além disso, em algumas interações no site, como o preenchimento de formulários, em especial o formulário para contato, são pedidos dados pessoais da parte e-mail.

### **TRATAMENTOS REALIZADOS**

É levado a tratar dados pessoais para cumprir as suas atribuições previstas na Lei 6.015/73, na Lei 8.935/95, na legislação tributária e nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

O tratamento de dados pessoais consiste em toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

A coleta dos dados pessoais dos clientes deste cartório é feita com base nos documentos apresentados presencialmente e/ou eletronicamente, além da emissão de certidões.

Os dados pessoais são utilizados, passam a integrar os livros obrigatórios, determinados pela Lei 6.015/73, sendo armazenados em sistema informatizado, cuja providência é necessária para executar as competências e atribuições legais pertinentes.

### **FINALIDADE DO TRATAMENTO**

O tratamento de dados pessoais realizado pelo Cartório, tem por objetivo atender a sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público.

Como finalidade específica destaca-se a execução dos serviços concernentes aos Registros Públicos, estabelecidos pela legislação para publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos (art.1º da Lei n. 6.015/73 e art. 1º da Lei n. 8.935/94).

## **DA FORMA E DURAÇÃO DO TRATAMENTO**

O tratamento de dados pessoais é realizado por meio de sistema de informática, sendo armazenados em bancos de dados informatizados, além de lançados nos livros oficiais.

O tratamento mantém-se durante o tempo necessário para a execução das atividades registrais, sendo que os assentos nos livros oficiais não são eliminados em cumprimento da sua finalidade pública prevista na legislação registral.

## **COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

Resguardados os princípios de proteção dos dados pessoais, o compartilhamento de dados pessoais poderá ocorrer nas seguintes situações:

1. Mediante solicitação, do titular dos dados ou por terceiro autorizado;
2. Por solicitação da parte do negócio comum;
3. Por solicitação de terceiros com legítimo interesse;
4. Para cumprir com obrigações contratuais
5. Por determinação legal, judicial ou administrativa.
6. Para utilização de servidores de outras plataformas com segurança da informação, eventualmente localizados no exterior

## **RESPONSABILIDADES DOS AGENTES DE TRATAMENTO**

Os agentes de tratamento de dados no âmbito desta serventia são responsáveis por observar as disposições pertinentes à proteção de dados pessoais previstas na LGPD, bem como o direito à privacidade dos usuários do serviço.

## **DIREITOS DOS TITULARES**

O titular dos dados pessoais tem direito a obter deste Oficial, em relação aos seus dados tratados, a qualquer momento e mediante requisição os direitos garantidos pelo art. 18, da LGPD. Tais direitos, no entanto, devem ser lidos conforme a legislação específica que rege a matéria, a lei 6.015/73, bem como em face dos princípios de direito notarial e de outros diplomas que regem a matéria.

O titular dos dados pessoais tem o direito de peticionar em relação aos seus dados contra o controlador perante a autoridade nacional.

Os direitos serão exercidos mediante requerimento expresso do titular ou de representante legalmente constituído ao agente de tratamento. Não sendo possível o atendimento imediato, será enviada resposta ao titular em que se poderá:

O requerimento será atendido sem custos para o titular, nos prazos e nos termos previstos em regulamento.

Conforme disposto nos artigos 1.050 e 1051 do código de normas da C.G.J./RJ:

### **ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS E CANAL DE ATENDIMENTO**

O Cartório possui um encarregado que atua como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), sendo ele o responsável para fins de informações, reclamações ou sugestões [cartoriounico@hotmail.com](mailto:cartoriounico@hotmail.com)